



CARAGUATATUBA- SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE
CARAGUATATUBA - SÃO PAULO

Professor Adjunto I

EDITAL Nº 03/2023

CÓD: SL-079ST-23
7908433242253

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto.....	9
2. Organização estrutural dos textos. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.....	11
3. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição e argumentação; características básicas de cada modo....	13
4. Tipos textuais: informativo, publicitário, normativo e didático; características básicas de cada tipo	20
5. Textos literários e não literários.....	23
6. Tipologia da frase portuguesa: 6. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases.Organização sintática das frases: ordem direta e inversa.	23
7. Norma culta.....	26
8. Pontuação e sinais gráficos.....	27
9. Tipos de discurso.....	29
10. Registros de linguagem.....	32
11. Funções da linguagem.....	33
12. Elementos dos atos de comunicação.....	34
13. Estrutura e formação de palavras.....	35
14. Formas de abreviação.....	37
15. Classes de palavras: os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições.....	39
16. OS modalizadores.....	47
17. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.....	47
18. Os dicionários: tipos.....	49
19. a organização de verbetes.....	51
20. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos.....	57
21. latinismos.....	59
22. Ortografia.....	59
23. acentuação gráfica.....	60
24. A crase.....	61

Raciocínio Lógico Matemático

1. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.....	69
2. Conjuntos e suas operações, diagramas	75
3. Números inteiros, racionais e reais e suas operações	77
4. Porcentagem e juros.....	82
5. Proporcionalidade direta e inversa.....	84
6. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	86
7. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	88
8. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos	90
9. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.....	92
10. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	94

ÍNDICE

11. Problemas de contagem e noções de probabilidade	96
12. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área; Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância	98
13. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão	106
14. Problemas de lógica e raciocínio.....	107

Noções de Informática

1. Tecnologias para Aprendizagem	127
2. utilização de diferentes linguagens midiáticas para desenvolvimento das práticas educativas;	127
3. apropriação tecnológica	128
4. compreensão dos usos das tecnologias e da cultura digital no cotidiano escolar;	128
5. promoção de práticas pedagógicas, reflexivas, colaborativas e dialógicas utilizando recursos tecnológicos;	128
6. papel e uso das tecnologias da informação e comunicação;	129
7. letramento digital	129
8. uso da tecnologia para ensinar, aprender e pesquisar.....	130

Aspectos Locais

1. Fundação do município de Caraguatatuba.	135
2. O município do século XIX até o XXI.	135
3. As condições físicas e ambientais do município de Caraguatatuba	136
4. População e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; comunidades tradicionais	138
5. O processo de urbanização	139
6. A importância de Caraguatatuba para o estado de São Paulo.	139
7. Atividades econômicas: extrativismo vegetal e mineral; agricultura; indústrias e serviços.....	139
8. Questões socioambientais.	140
9. Lei Complementar nº 25, de 25 de outubro de 2007 (Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos do município de Caraguatatuba e dá outras providências) e suas alterações.	140

Conhecimentos Pedagógicos

1. Fundamentos da Educação: Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	161
2. Relações socioeconômicas e político-culturais da educação.	170
3. Educação em direitos humanos	175
4. democracia e cidadania	179
5. A função social da escola;	179
6. inclusão educacional e respeito à diversidade.....	184
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.	196
8. Didática e organização do ensino.	201
9. Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem.....	215

ÍNDICE

10. Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica.....	225
11. Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino.....	230
12. Legislação educacional: Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações.....	238
13. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/1990.....	254
14. Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	294
15. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007.....	312
16. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos.....	312
17. Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).....	313

Conhecimentos Específicos Professor Adjunto I

1. Concepções de Educação e Escola.....	333
2. Aprendizagem e Desenvolvimento.....	340
3. Currículo.....	356
4. Planejamento.....	368
5. Avaliação.....	378
6. Projeto político-pedagógico.....	388
7. Relação família e escola.....	388
8. Diversidade e individualidade. Educação Inclusiva.....	390
9. Ética no trabalho docente.....	398
10. Função social da escola e compromisso social do educador.....	402
11. Tendências pedagógicas.....	402
12. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade.....	402
13. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento.....	404
14. Legislação Federal: Constituição Federal: arts. 205 a 214.....	405
15. Lei nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.....	408
16. Lei nº 9.394/1996. LDB – Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.....	408
17. Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.....	408
18. Decreto nº 7.611/2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.....	415
19. BNCC- Base Nacional Comum Curricular.....	416
20. Política Nacional de Alfabetização instituída pelo Decreto Federal Nº 9.765/2019.....	457
21. Noções Básicas de Informática: Editor de Texto, Planilha Eletrônica,.....	461
22. Leitor de PDF.....	466
23. Internet, Navegadores de Internet,.....	468
24. e-mail.....	471
25. redes sociais.....	473
26. tecnologias aplicadas a educação.....	476
27. Legislação do Estado de São Paulo: Currículo Paulista.....	476

alunos e professores comunicam-se de forma versátil e apesar da comodidade e facilidade à informação, a cultura do “faça você mesmo” famosa virtualmente nos dias atuais vem sendo adotada nas escolas por meio das atividades escolares preparadas e inseridas justamente para serem realizadas através das novas tecnologias. Com esse modo de interação rápida e prática, existem também possibilidades diferentes em relação ao tempo que levaria um trabalho cooperativo no ambiente físico de uma sala de aula e de uma sala virtual; isso potencializa o uso das linguagens midiáticas nesses trabalhos para que possam surgir novos métodos de aprendizagem.

APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA

Atualmente, os dados baseados nas pesquisas revelam uma apropriação e crescimento do uso tecnológico em diferentes âmbitos da sociedade. Fazemos o uso constante dos mais variados tipos de eletrônicos e recursos tecnológicos; na sociedade contemporânea, dormimos ao lado do celular e muitas vezes é a primeira atividade que praticamos ao acordar. Já que os apetrechos tecnológicos e a vida virtual se tornaram as atividades mais praticadas e o “ambiente” mais vivido pelo homem, por que não usar isso para seu próprio benefício e desenvolvimento?

A apropriação tecnológica se dá por todas as vezes que menos favorecidos inseridos numa sociedade tecnológica, interagem com esses recursos em suas vidas por meio de práticas e rotinas de trabalho; como por exemplo, quando um jovem de periferia consegue comprar um celular de última geração; quando uma criança participa do grupo virtual de sua sala de aula; quando as vagas de teletrabalho que são preenchidas aos montes apesar das condições, e esses fatores revelam uma apropriação da tecnologia de modo que recursos, informações e lazer são gerados na sociedade. Esse processo de apropriação decorre da propagação da cultura tecnológica em diferentes meios de comunicação; inclusive a tecnologia vai muito além dos meios de comunicação, é um estilo de vida, um agir e conhecer do mundo moderno.

O setor que ganha muito com isso é a educação, pois os professores e mestre-educadores tem uma grande ferramenta em mãos para estimular o intelecto dos alunos através de meios que eles estão familiarizados mais do que qualquer outro público. O uso de computadores e tablets nas escolas propiciam experiências de aprendizagem que não eram nem uma possibilidade a tempos atrás. Uma evidência desse novo estilo de aprendizagem é quantidade de sites de cursos online; com apenas cliques e administração de tempo, as pessoas se qualificam pela internet. Sendo assim a estimativa é que a tecnologia continue aprimorando o conhecimento do homem, abrindo portas e atravessando fronteiras pra um grande desenvolvimento pessoal e da sociedade.

COMPREENSÃO DOS USOS DAS TECNOLOGIAS E DA CULTURA DIGITAL NO COTIDIANO ESCOLAR;

Para abordarmos esse tema, primeiro precisamos de umas pinceladas a respeito da cultura digital. Falamos de algo que não é palpável, mas de dados e informações armazenadas dentro de aparelho eletrônicos, vidas profissionais que dependem totalmente

desse recurso, bancos e empresas consolidados por meio dessa cultura. Ela se instaurou e se consolidou como cultura a partir do surgimento da internet em seu uso doméstico e de fácil acesso às residências e espaços de trabalho no final do século XX. Então podemos dizer que a cultura digital é responsável pelas grandes mudanças na vida cotidiana e no comportamento humano consequentemente pelo uso de ferramentas da tecnologia digital.

Hoje nas escolas, essa cultura digital não é somente um diferencial para que os alunos possam ter experiências diferenciadas na absorção de conhecimento, mas sim uma necessidade para popularizar o conhecimento e facilitar o engajamento e acessibilidade dos alunos para o que está proposto a ser ensinado. Essa cultura é tão importante atualmente que de certa forma até força as escolas emergirem nesse meio mesmo sem o planejamento devido; sendo que o ensino participativo e dinâmico tem sido uma ferramenta educacional essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e comunicação entre professores e alunos. Um ponto chave da cultura digital na educação é que os alunos são instruídos diretamente e indiretamente a desenvolver uma certa independência e serem responsáveis de sua própria aprendizagem; além de aprimorar e revelar diversas outras habilidades em cada aluno, como o senso de liderança e responsabilidade, criatividade na elaboração de projetos e entre outros. Com a cultura digital muitas ferramentas de ensino foram substituídas ou aprimoradas, os livros das prateleiras não perderam sua importância, mas os PDF's e livros digitais de muitos lugares do mundo ganharam espaço na rotina de estudos; isso promove o acesso imediato ao material de estudo independente da hora e local. Com esse avanço tecnológico o ensino à distância e ensino híbrido passou a ser opção viável para diversos estudantes também, na preferência pela comodidade e praticidade esse modo de ensino vem ganhando força em diversos contextos.

PROMOÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, REFLEXIVAS, COLABORATIVAS E DIALÓGICAS UTILIZANDO RECURSOS TECNOLÓGICOS;

Os recursos tecnológicos estão cada vez mais aprimorados e fazendo com que diversos âmbitos se adaptem a seu uso. As práticas usadas pelos professores com objetivo de instruir, ensinar e comunicar a informação a seus alunos vem sendo moldada a partir de ferramentas totalmente tecnológicas; raramente veremos professores que continuam usando práticas pedagógicas sem ajuda da internet e recursos tecnológicos atualmente, até mesmo porque esses recursos elevam o nível de praticidade, mas sem tirar qualidade do ensino proposto. As aulas estão se tornando mais interativas e que aguçam a curiosidade e atenção dos alunos; porém muitas universidades e instituições de ensino não estão adepts à atualização de seus sistemas tecnológicos de informação e conteúdo, como por exemplo o portal de um curso EaD. E nesse quesito quem não está adepto às mudanças acabam promovendo sua própria inutilidade e empurrando alunos em busca de plataformas mais inovadoras que sejam compatíveis com seu nível de interesse e conhecimento tecnológico.

De modo que facilite e promova as relações do aluno com a matéria, os professores podem utilizar as redes como metodologia educacional e certamente em seu modo de avaliação também, transformando a aprendizagem e correção numa tarefa dinâmica

de cada idade. A aprendizagem, assim, é receptiva e mecânica, para o que se recorre frequentemente à coação. A retenção do material ensinado é garantida pela repetição de exercícios sistemáticos e recapitulação da matéria. A transferência da aprendizagem depende do treino; é indispensável a retenção, a fim de que o aluno possa responder às situações novas de forma semelhante às respostas dadas em situações anteriores.

Avaliação - se dá por verificações de curto prazo (interrogatórios orais, exercício de casa) e de prazo mais longo (provas escritas, trabalhos de casa). O esforço é, em geral, negativo (punição, notas baixas, apelos aos pais); às vezes, é positivo (emulação, classificações).

Manifestações na prática escolar - a pedagogia liberal tradicional é viva e atuante em nossas escolas, predominante em nossa história educacional.

Tendência Liberal Renovada

A Tendência Liberal Renovada acentua, igualmente, o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais. A educação é a vida presente, é a parte da própria experiência humana. A escola renovada propõe um ensino que valorize a autoeducação (o aluno como sujeito do conhecimento), a experiência direta sobre o meio pela atividade; um ensino centrado no aluno e no grupo.

A Tendência Liberal Renovada apresenta-se, entre nós, em duas versões distintas:

- a **Renovada Progressivista**, ou **Pragmatista**, principalmente na forma difundida pelos pioneiros da educação nova, entre os quais se destaca Anísio Teixeira (deve-se destacar, também a influência de Montessori, Decroly e, de certa forma, Piaget);

- a **Renovada Não Diretiva** orientada para os objetivos de auto realização (desenvolvimento pessoal) e para as relações interpessoais, na formulação do psicólogo norte-americano Carl Rogers.

Tendência Liberal Renovada Progressivista

Papel da escola - a finalidade da escola é adequar as necessidades individuais ao meio social e, para isso, ela deve se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida. Todo ser dispõe dentro de si mesmo de mecanismos de adaptação progressiva ao meio e de uma conseqüente integração dessas formas de adaptação no comportamento. Tal integração se dá por meio de experiências que devem satisfazer, ao mesmo tempo, os interesses do aluno e as exigências sociais. À escola cabe suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo ativo de construção e reconstrução do objeto, numa interação entre estruturas cognitivas do indivíduo e estruturas do ambiente.

Conteúdos de ensino - como o conhecimento resulta da ação a partir dos interesses e necessidades, os conteúdos de ensino são estabelecidos em função de experiências que o sujeito vivencia frente a desafios cognitivos e situações problemáticas. Dá-se, portanto, muito mais valor aos processos mentais e habilidades cognitivas do que a conteúdos organizados racionalmente. Trata-se de “aprender a aprender”, ou seja, é mais importante o processo de aquisição do saber do que o saber propriamente dito.

Método de ensino - a ideia de “aprender fazendo” está sempre presente. Valorizam-se as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, o método de solução de problemas. Embora os métodos variem, as escolas ativas ou novas (Dewey, Montessori, Decroly, Cousinet e outros) partem sempre de atividades adequadas à natureza do aluno e às etapas do seu desenvolvimento. Na maioria delas, acentua-se a importância do trabalho em grupo não apenas como técnica, mas como condição básica do desenvolvimento mental. Os passos básicos do método ativo são:

- Colocar o aluno numa situação de experiência que tenha um interesse por si mesma;
- O problema deve ser desafiante, como estímulo à reflexão;
- O aluno deve dispor de informações e instruções que lhe permitam pesquisar a descoberta de soluções;
- Soluções provisórias devem ser incentivadas e ordenadas, com a ajuda discreta do professor;
- Deve-se garantir a oportunidade de colocar as soluções à prova, a fim de determinar sua utilidade para a vida.

Relacionamento professor-aluno - não há lugar privilegiado para o professor; antes, seu papel é auxiliar o desenvolvimento livre e espontâneo da criança; se intervém, é para dar forma ao raciocínio dela. A disciplina surge de uma tomada de consciência dos limites da vida grupal; assim, aluno disciplinado é aquele que é solidário, participante, respeitador das regras do grupo. Para se garantir um clima harmonioso dentro da sala de aula é indispensável um relacionamento positivo entre professores e alunos, uma forma de instaurar a “vivência democrática” tal qual deve ser a vida em sociedade.

Pressupostos de aprendizagem - a motivação depende da força de estimulação do problema e das disposições internas e interesses do aluno. Assim, aprender se torna uma atividade de descoberta, é uma autoaprendizagem, sendo o ambiente apenas o meio estimulador. É retido o que se incorpora à atividade do aluno pela descoberta pessoal; o que é incorporado passa a compor a estrutura cognitiva para ser empregado em novas situações.

Avaliação - é fluida e tenta ser eficaz à medida que os esforços e os êxitos são prontos e explicitamente reconhecidos pelo professor.

Manifestações na prática escolar - os princípios da pedagogia progressivista vêm sendo difundidos, em larga escala, nos cursos de licenciatura, e muitos professores sofrem sua influência. Entretanto, sua aplicação é reduzidíssima, não somente por falta de condições objetivas como também porque se choca com uma prática pedagógica basicamente tradicional. Alguns métodos são adotados em escolas particulares, como o método Montessori, o método dos centros de interesse de Decroly, o método de projetos de Dewey. O ensino baseado na psicologia genética de Piaget tem larga aceitação na educação pré-escolar. Pertencem, também, à tendência progressivista muitas das escolas denominadas “experimentais”, as “escolas comunitárias” e mais remotamente (década de 60) a “escola secundária moderna”, na versão difundida por Lauro de Oliveira Lima.

Tendência Liberal Renovada Não Diretiva

Papel da escola - formação de atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos do que com os pedagógicos ou sociais. Todo esforço está em estabelecer um

§ 3º São garantidos a livre manifestação de vontade dos detentores do poder familiar e o direito ao sigilo das informações. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 4º O consentimento prestado por escrito não terá validade se não for ratificado na audiência a que se refere o § 1º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 5º O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no § 1º deste artigo, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 6º O consentimento somente terá valor se for dado após o nascimento da criança. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º A família natural e a família substituta receberão a devida orientação por intermédio de equipe técnica interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

Art. 167. A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional, decidindo sobre a concessão de guarda provisória, bem como, no caso de adoção, sobre o estágio de convivência.

Parágrafo único. Deferida a concessão da guarda provisória ou do estágio de convivência, a criança ou o adolescente será entregue ao interessado, mediante termo de responsabilidade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 168. Apresentado o relatório social ou o laudo pericial, e ouvida, sempre que possível, a criança ou o adolescente, dar-se-á vista dos autos ao Ministério Público, pelo prazo de cinco dias, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

Art. 169. Nas hipóteses em que a destituição da tutela, a perda ou a suspensão do poder familiar constituir pressuposto lógico da medida principal de colocação em família substituta, será observado o procedimento contraditório previsto nas Seções II e III deste Capítulo. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. A perda ou a modificação da guarda poderá ser decretada nos mesmos autos do procedimento, observado o disposto no art. 35.

Art. 170. Concedida a guarda ou a tutela, observar-se-á o disposto no art. 32, e, quanto à adoção, o contido no art. 47.

Parágrafo único. A colocação de criança ou adolescente sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar será comunicada pela autoridade judiciária à entidade por este responsável no prazo máximo de 5 (cinco) dias. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

SEÇÃO V DA APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE

Art. 171. O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

Art. 172. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

Parágrafo único. Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em co-autoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria.

Art. 173. Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, sem prejuízo do disposto nos arts. 106, parágrafo único, e 107, deverá:

I - lavar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente;

II - apreender o produto e os instrumentos da infração;

III - requisitar os exames ou perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração.

Parágrafo único. Nas demais hipóteses de flagrante, a lavratura do auto poderá ser substituída por boletim de ocorrência circunstanciada.

Art. 174. Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.

Art. 175. Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

§ 1º Sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Nas localidades onde não houver entidade de atendimento, a apresentação far-se-á pela autoridade policial. À falta de repartição policial especializada, o adolescente aguardará a apresentação em dependência separada da destinada a maiores, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo referido no parágrafo anterior.

Art. 176. Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará imediatamente ao representante do Ministério Público cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

Art. 177. Se, afastada a hipótese de flagrante, houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará ao representante do Ministério Público relatório das investigações e demais documentos.

Art. 178. O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

Art. 179. Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas.

Parágrafo único. Em caso de não apresentação, o representante do Ministério Público notificará os pais ou responsável para apresentação do adolescente, podendo requisitar o concurso das polícias civil e militar.

Em terceiro lugar, as mudanças que ocorrem no seu corpo, nos seus interesses e nas suas funções sociais, criam problemas para o adolescente porque, muitas vezes, ele não sabe o que o grupo espera dele. E, finalmente, há mudanças consideráveis na vida do adolescente quanto ao sistema de valores. Muitas coisas que antes eram importantes, para ele, passam a ser consideradas como algo de ordem secundária, a capacidade intelectual do adolescente lhe dá condição de analisar de modo crítico o sistema de valores a que foi exposto e a que, até então, respondem de modo mais ou menos automático. Porém, agora o adolescente está em busca de algo que lhe seja próprio, algo pelo qual ele possa assumir responsabilidade pessoal. Daí, então, as lutas por que passa o ser humano nessa fase da vida, no sentido da vida, no sentido de definir seu próprio sistema de valores, seus próprios padrões de comportamento moral.

A adolescência é, também, um período em que o indivíduo tem que lutar contra o estereótipo social e contra uma autoimagem distorcida dele decorrente. A cultura tende a ver o adolescente como um indivíduo desajeitado, irresponsável e inclinado às mais variadas formas de comportamento antissocial.

Por sua vez, o adolescente vai desenvolvendo uma autoimagem que reflete, de alguma forma, esse estereótipo da sociedade. Essa condição indesejável ordinariamente cria conflitos entre pais e filhos, entre o adolescente e a escola, entre o adolescente e a sociedade em geral.

A adolescência é o período de grandes sonhos e aspirações, mesmo que não sejam sempre, realistas. De acordo com o próprio Piaget, nessa fase da vida a possibilidade é mais importante do que a realidade. Com o amadurecimento normal do ser humano é que ele vai aprendendo a discriminar entre o possível e o desejável.

Na adolescência, como nas demais fases da vida, o indivíduo tem que cumprir tarefas evolutivas.

As principais tarefas evolutivas da adolescência, segundo Havighurst, são as seguintes: aceitar e aproveitar ao máximo o próprio corpo; estabelecer relações sociais mais adultas com companheiros de ambos os sexos; chegar a ser independente dos pais e de outros adultos, dos pontos de vista emocional e pessoal; escolha de uma ocupação e preparação para a mesma; preparação para o noivado e o matrimônio; desenvolvimento de civismo; conquista de uma identidade pessoal, uma escala de valores e uma filosofia de vida.

Do ponto de vista cognitivo e segundo Jean Piaget, o adolescente está no estágio das operações formais. Segundo Piaget, o amadurecimento biológico do adolescente torna possível a aquisição das operações formais, que representam o ponto máximo do processo do desenvolvimento cognitivo. As operações formais, entretanto, não são um dado a priori, mas dependem da interação do organismo com o meio. A aquisição das operações formais é de fundamental importância, especialmente em face do enorme progresso das ciências naturais em nosso século. Elas são, também, necessárias a todo o processo de ajustamento social do adolescente.

Processo de ensino e aprendizagem

Com base em Heller (2008), o cotidiano é fundamental na construção dos papéis sociais e a escola tem papel relevante na sociedade. Como esse caráter de relevância se articula frente às transformações cotidianas? Como esses são percebidos como elementos de identidade formativa pelos agentes transformadores e transformados, no caso explícito: os professores? No cotidiano, a cultura da escola se expressa, e busca dar visibilidade ao ethos cultural – sua identidade. A escola constitui um mundo social com ritmos, ritos e linguagem característicos e interage com os sujeitos. Segundo For-

quin (1993), a escola constitui um mundo social com características próprias modos de regulação e transgressão e gestão simbólica. Hoje, ser professor inclui conhecer o cotidiano educacional, sabendo que não se trata de uma receita única, mas de uma a cultura que não ignora os sujeitos e seu ambiente de entorno, como enunciado por Alves (2001).

As escolas não podem ser analisadas fora do tempo e lugar que atuam, pois refletem interesses sociais e individuais. Mesmo cumprindo visões determinadas, se modificam, pois são construídas pela história sociocultural e profissional de seus personagens – sonhos e possibilidades.

Quais são as possibilidades que hoje temos, como professores, e quais os sonhos que nutrimos dentro dos nossos espaços escolares? O que estruturam nossas crises e o saber que mediamos?

Preparar-se para essa nova concepção de saber é elemento crucial. Isso sem contar com a característica profissional de compreensão do que vem a ser o espaço escolar e as demandas sociais frente ao conhecimento, bem como as articulações específicas da área para qual atua. “Ao profissional da educação cabe o processo de humanização da sociedade, pois essa é a função primordial da educação, e seu principal desafio a inserção do homem no convívio social”. (Pimenta, 2002).³

O processo de aprendizagem

Sabe-se que a aprendizagem é um processo contínuo, que pode ocorrer em qualquer situação. Nesse sentido, podemos dizer que um dos fatores essenciais do aprendizado é a cultura, pois ela molda o sujeito por meio de suas relações com o meio.

Muitas pessoas confundem construção de conhecimento com aprendizagem. Entretanto, aprender é algo muito mais amplo, pois é a forma de o sujeito aumentar seu conhecimento. Nesse sentido, a aprendizagem faz com que o sujeito se modifique, de acordo com a sua experiência (LA ROSA, 2003).

Entretanto, o ser humano passa por mudanças que não se referem à aprendizagem e sim aos processos maturativos, tais como: aquisição da linguagem, engatinhar, andar ou até mudanças em decorrência de doenças físicas ou psicológicas. Sendo assim, a aprendizagem é uma mudança significativa que ocorre baseada também nas experiências dos indivíduos. Todavia, para ser caracterizada como tal, é necessária a solidez, ou seja, ela deve ser incorporada definitivamente pelo sujeito.

PRINCIPAIS TEORIAS DE APRENDIZAGEM

Existe uma infinidade de tipos diferentes de aprendizagem. O que diferencia uma aprendizagem de outra diz respeito ao modo como cada uma se manifesta e ao próprio processo como cada uma é adquirida. Uma aprendizagem é sempre uma aquisição, embora as explicações para essa aquisição sejam variadas e muitas delas até contraditórias.

O fenômeno da aprendizagem é sempre algo concreto, e acontece mesmo que ninguém tenha interesse em explicá-lo. A aprendizagem existe independentemente das diversas teorias que procuram entendê-la quer descrevendo suas características, quer propondo elementos para que possa vir a ser repetida.

As teorias da aprendizagem são elaboradas devido à insistência de pesquisadores que, observando fatos reais de aprendizagens, levantam suas hipóteses e procuram sua verificação para, então, enunciarem uma teoria que contribua para o progresso científico. Cabe aqui a lembrança de que a função da ciência, de modo geral, consiste em facilitar e melhorar a vida do homem.

3 Texto adaptado de Marlei Malinoski